

Coronelismo e mundo rural

Nesta aula

A primeira República foi chamada de **República dos Fazendeiros** ou **República dos Coronéis**. Coronéis como os poderosos chefes regionais das telenovelas, a exemplo de *Ramiro Bastos* (Gabriela), *Odorico Paraguaçu* (O Bem-Amado) ou *Sinhozinho Malta* (Roque Santeiro).

Tais figuras disputavam permanentemente o poder, entrando em conflito com os velhos e poderosos chefes políticos da região e a quase sempre jovem oposição.

Essas personagens foram e ainda são, em certas regiões (mesmo que de forma pouco expressiva), figuras presentes na vida social brasileira deste século e nos ajudam a entender um pouco mais as características de nossa vida política.

Nesta aula, vamos procurar responder à seguinte questão: por que era tão forte o poder dos coronéis ?

Da Monarquia à República

O poder político das **oligarquias estaduais** tornou-se uma das principais características das primeiras décadas republicanas.

Como parte integrante dessas oligarquias estavam os coronéis, que se originaram na época do Império. Em 1831, para enfrentar as diversas rebeliões que explodiam em algumas regiões do país e manter a ordem pública, o governo da Regência criou a **Guarda Nacional**. No combate à onda de revoltas, deu aos poderosos de cada localidade do país uma patente militar e uma missão: formar um “exército” de homens para enfrentar os revoltosos. Seus oficiais eram os fazendeiros, pessoas influentes, com muitas terras e escravos.

Os coronéis da Guarda Nacional, extinta em 1918, continuaram com essa denominação - o “coroné” - atribuída espontaneamente pela população àquele que parecia deter em suas mãos grande parcela do poder político e econômico. Em outras palavras, aqueles que a população via como os ricos e poderosos.

Se as raízes do coronelismo foram sedimentadas no Império, com a República o coronel passou a ter outro papel dentro do novo sistema político.

No Império, as eleições tinham muito pouca importância. O Imperador, ao escolher o partido político que comporia o gabinete, decidia também que grupo local venceria as eleições. Na Primeira República, era o controle político do eleitorado rural que definia a composição e a força das **oligarquias estaduais**. O voto passava a ter um novo significado.

Durante a Primeira República (1889 - 1930), o poder dos coronéis esteve associado à força eleitoral que eles desempenhavam. Alcançou seu auge de influência no período que se estende da presidência de Campos Sales às vésperas da Revolução de 1930.



O presidente Campos Sales governou com muita oposição à sua política econômica.

Coronelismo: compromisso político e relações sociais

O coronel nem sempre era um grande fazendeiro. Havia os coronéis cuja base de poder estava nas atividades comerciais, industriais e até no exercício de algumas profissões liberais. Mas era, antes de tudo, um chefe político de reconhecido poder econômico e prestígio junto ao governo estadual, poder esse que se revelava na competência para garantir eleições favoráveis aos grupos situacionistas e fornecer benefícios à sua clientela. Da parte do governo estadual, cabia dar carta branca ao chefe local governista em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do local.

Para ganhar eleições, era preciso ter votos. Surgiram assim os “cabos” eleitorais, homens que, na condição de intermediários entre o coronel e a população, eram pagos para alistar eleitores, organizar a massa, mantendo-se em forma para os pleitos. Tinham o papel de formar um grande “curral” eleitoral, no qual os candidatos do coronel ou por ele indicados recebiam uma enxurrada de votos.

Vistos pela própria população como intermediários nas suas relações com o Estado, os coronéis buscavam uma relação firme e segura como seus protetores por intermédio da obtenção de empregos, contratação de advogados, providências médicas ou hospitalares, escolas, socorro nas situações de calamidade (a exemplo das secas no Nordeste) e proteção contra os inimigos (como os cangaceiros). Em geral, eram convocados para resolver questões diversas referentes a limites de propriedades, heranças, pagamentos atrasados, educação de crianças. Tinham ainda considerável influência na indicação de seus protegidos para cargos públicos, principalmente na esfera municipal.

Era nesse campo que se estabeleciam as relações sociais que teceram o cotidiano na vida do coronel e da gente das pequenas cidades, em diversas regiões rurais do Brasil.

O Brasil da Primeira República – ou República Velha, como seria denominada após 1930 – não era apenas a terra dos coronéis e das oligarquias estaduais. O mundo rural, era também um mundo dos homens e das mulheres de mãos marcadas pela enxada, pelo machado, pela foice e pelo laço de couro: trabalhadores das estâncias do sul, que cuidavam do rebanho, cultivavam o trigo e as vinhas; lavradores de cafezais, das plantações de cacau e tabaco; volantes dos seringais e castanheiras do norte; boiadeiros do sertão; lavradores dos canaviais nordestinos, entre outros.

Muitos eram trabalhadores rurais, sem legislação previdenciária e obrigados a entregar ao proprietário quase a totalidade do fruto do seu trabalho. Junto a eles, compunham o cenário social pequenos proprietários das zonas rurais e habitantes das pequenas cidades de fisionomia basicamente rural. Esse povo formava a maior parte do eleitorado.

Sob o aspecto político, o coronelismo pode ser definido como um sistema de troca eleitoral – de um lado, proteção e favores, sobretudo econômicos; de outro, o voto seguro e controlado. Era o “voto de cabresto”.

Porém, esse caráter pacífico das relações coronelísticas não era o único. Além da barganha, da troca, havia a opressão e a violência, utilizados para captar e conservar votos, tão empregados e usuais quanto os favores e benefícios.

Em algumas situações, a força das armas era acionada, empregando-se as polícias particulares formadas por jagunços. Amparados pela autoridade do coronel, encarregavam-se de “convencer” os eleitores “contrários” ou “indecisos”. Eram as chamadas **eleições de clavinote**, nas quais os eleitores votavam sob as vistas do jagunço. Afinal, o voto não era secreto.

Assim, o novo regime, instaurado em 1889 e organizado politicamente na Constituição de 1891, ao mesmo tempo que permitiu a criação de mecanismos que favoreceram uma maior descentralização do poder, não favoreceu a criação de um sistema eleitoral sem vícios e controlado pelo poder público. O voto dos eleitores – transformado em mercadoria de troca entre os membros da sociedade daquela época – era manipulado e controlado pelos chefes da política nos estados e municípios. Essa foi, sem dúvida, uma das marcas da vida política e social na Primeira República, uma “república de coronéis”.

 Clavinote: pequena carabina



O tempo não pára

Os coronéis, freqüentemente vistos de maneira caricatural como fazendeiros, figuras rústicas, brutais e ignorantes, foram personagens da vida política brasileira que não desapareceram por completo após os anos 30. Muitos sobrevivem ainda hoje, mesmo que como figuras isoladas.



Leia mais uma vez o texto da aula, sublinhe as palavras que não entendeu e procure ver o que elas significam, no dicionário e no vocabulário da Unidade.

1. Releia ***Da Monarquia à República*** e identifique a origem do termo “coronel”.
2. Releia ***Coronelismo: compromisso político e relações sociais*** e identifique no texto as formas que os coronéis encontraram para se afirmar como protetores da população.
3. Dê um novo título a esta aula.

Fazendo a História

Leia este texto com muita atenção.

Eleições na Roça

Mário Palmério - *Vila dos Confins*

João Soares estava com a razão: política só se ganha com muito dinheiro. A começar com o alistamento, que é trabalhoso e caro: tem-se que ir atrás do eleitor, convencê-los a se alistarem e ensinar tudo, até a copiar o requerimento. Cabo de enxada engrossa as mãos – o laço de couro cru, machado e foice também. Caneta e lápis são ferramentas muito delicadas.

A lida é outra: labuta pesada, de sol a sol, nos campos e nos currais. É marcar o bezerro, é curar bicheira, é rachar pau de cerca, é esticar arame farpado; roçar invernada, arar o chão, capinar, colher... E quem perdeu tempo com leitura, com a escrita, em menino, acaba logo esquecendo-se do pouco que aprendeu. Ler o quê? Escrever o quê? Mas agora é preciso: a eleição vem aí, e o título de eleitor rende a estima do patrão, a gente vira pessoa.

Acontece, também, que Pé-de-Meia não quer saber de histórias: é cabo eleitoral alistador de gente, pago por cabeça e tem que mostrar trabalho. Primeiro, a conversa pacientemente, amaciando terreno; a luta depois:

“Minha vista anda que é uma barbaridade. E de uns tempos para cá, apanhei uma tremedeira que a mão não me pára demais quieta...”

O novato sua, desiste: “Vai não, Pé-de-Meia”.

Mas o cabo é jeitoso: não força, não insiste, espera. Só o tempo de passar a gastura que a caneta sempre dá no principiante. “Tão fácil...” O requerimento já está pronto, rascunhado no papel almaço a lápis fininho, fácil de apagar” João Francisco de Oliveira, abaixo-assinado, brasileiro, residente...”

Depois do jantar, menos cansado, João Francisco tenta de novo. A mulher está perto, os filhos também. O roceiro lavou as mãos, a lamparina queima a claridade dobrada, de bom pavio novo.

Repega o servicinho:

“Sai da frente da luz, menino: Me dá um copo d’água, ô Cota. Qual... minha vista não presta mesmo mais não. Besteira teimar...” Pé-de-Meia não deixa passar o momento:

“Me dá licença, Seu João.” E pega no mãozão cascudo, pesado. Vai guiando a bicha para cima e para baixo, vai caminhando com ela por sobre o papel; (...) “Já varamos um bom eito. Vamos descansar um pouco: ainda falta o Francisco, falta o ‘de Oliveira’...”

O trabalho não é fácil, não senhor, leva tempo. Mas aos poucos João Francisco aprende a relaxar a mão, descobre que não carece de fazer tanta força, já não molha de suor o papel. (...) E, quando o caboclo é ruim de ensino, Pé-de-Meia é quem enche todo papel, borrando-o de propósito, errando de velhaco, completando um perfeito e indiscutível requerimento de eleitor de roça. Mas quando o caboclo é jeitoso como João Francisco, Pé-de-Meia prefere carregar-lhe a mão durante o serviço todo (...).

A pena ringe alto, mais risca bem grosso, bonito... Pelo meio do caminho, já dono de si, João Francisco acha até de conversar, para mostrar desembaraço.

“Este é o que é o tal de ‘gê’? Gostei dele: uma simpatia de letra.” E Pé-de-Meia, solícito: “Pois está ficando um serviço de gente, Seu João. O senhor até que tem jeito – um letraço! O juiz vai gostar”.

João Soares estava com a razão. Eleição custa dinheiro. Um cabo eleitoral prático assim como o Pé-de-Meia garantia o serviço, mas cobrava vinte mil réis por cabeça. E as despesas não ficavam só nisso: precisa fazer o registro dos eleitores, buscar a certidão de nascimento ou de casamento fora do município quando o caboclo nasceu fora, entrega dos títulos. Lá se vai um dinheirão! Depois bóia o pagode. E condução para muita gente, pois roceiro, quando viaja carrega família toda. A fila em frente do juiz se reveza, e isso custa mais um ajutório ao Pé-de-Meia, cuja presença o eleitor exige para assisti-lo na hora de passar o recibo. Lá está ele, botando coragem no povo.

“Não se afobe, capriche. Você está implicando à toa com o ‘efe’ – a letra é facinha. Se não decorou direito a voltinha, deixa: o juiz não repara não...”

Agora faça o que é pedido abaixo.

1. Sublinhe no texto as tarefas que cabiam ao cabo eleitoral Pé-de-Meia.
2. Substitua a expressão em destaque nesta frase por outra que tenha o mesmo significado: “a eleição vem aí, e o título de eleitor rende a estima do patrão, **a gente vira pessoa**”.
3. As eleições, hoje no Brasil, são muito diferentes daquelas de **Eleições na Roça**? Justifique sua resposta.

